

Thomas Lemke

**Foucault,
governamentalidade
e crítica**

Foucault, governamentalidade e crítica

© Editora Filosófica Politeia para a edição brasileira, 2017

Authorized translation from English language edition first published by Paradigm Publishers and now published by Routledge, an imprint of Taylor & Francis Group LLC. All Rights Reserved.

Tradução: Mario Antunes Marino e Eduardo Altheman Camargo Santos

Revisão: Maria Alice Pavan Sabino

Projeto gráfico: Juliano Bonamigo Ferreira de Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Vagner Rodolfo CRB 8/9410

1544f Lemke, Thomas

Foucault, governamentalidade e crítica / Thomas Lemke ; traduzido por Mario Antunes Marino, Eduardo Altheman Camargo Santos. – São Paulo : Editora Filosófica Politeia, 2017. 200 p. ; 14cm x 20cm.

Tradução de: Foucault, governmentality and critique

Inclui índice e bibliografia.

ISBN: 978-85-94444-00-4

1. Filosofia. 2. Filosofia Política. 3. Neoliberalismo.

4. Governamentalidade. Subjetividade.

I. Marino, Mario Antunes. II. Santos, Eduardo Altheman Camargo. III. Título.

2017-549

CCD 101

CDU 104

Índice para catálogo sistemático:

1. Filosofia 101

2. Filosofia 104

A reprodução parcial sem fins lucrativos deste livro, para uso privado ou coletivo, em qualquer meio, está autorizada, desde que citada a fonte. Se for necessária a reprodução na íntegra, solicita-se entrar em contato com os editores.

Editora Filosófica Politeia

São Paulo, 2017

www.editorapoliteia.com.br

facebook.com/editorapoliteia

Thomas Lemke

**Foucault,
governamentalidade
e crítica**

Tradução

Mario Antunes Marino e
Eduardo Altheman Camargo Santos

1ª edição
São Paulo, 2017



Sumário

Apresentação	vii
Introdução: o sujeito e o poder	I
1. Uma analítica do governo	II
2. Uma genealogia do Estado moderno	35
3. Liberalismo, biopolítica e tecnologias de segurança	59
4. Crítica e experiência	81
5. Da Hipótese Foucault aos estudos de governamentalidade	III
Referências bibliográficas	147
Índice	177
Sobre o autor	185

Apresentação

Escrito originalmente em inglês e publicado em 2012, *Foucault, governamentalidade e crítica*, do professor e pesquisador alemão Thomas Lemke, opera concomitantemente como uma densa retomada analítica dos trajetos genealógicos do conceito de “governamentalidade” no pensamento de Michel Foucault (e de sua relação com outras noções, como “dispositivos de segurança”, “biopolítica”, “arte neoliberal de governo”, entre outras), e como uma incursão crítica no próprio campo de estudos criado a partir de tal teorização, a saber, os estudos de governamentalidade.

Lemke firmou-se internacionalmente como um dos mais importantes pesquisadores nesse campo ainda no início da década de 1990 ao partir de Frankfurt, onde posteriormente trabalhou no Instituto de Pesquisa Social sob a batuta de Axel Honneth, a Paris, onde pesquisou, em primeira mão, as fitas de áudio contendo os cursos de Foucault no Collège de France.ⁱ Ao fazê-lo, Lemke descobriu ali o que agora todos podemos saber, após as publicações dos cursos no formato de livro para o grande público: Foucault havia realizado mais uma mutação silenciosa, quase imperceptível até então, em seu pensamento, buscando realizar uma genealogia do Estado moderno, complementando sua micropolítica individual e disciplinar com uma macroanalítica populacional e governamental, e renovando, mais uma vez, o vocabulário

ⁱ Incluímos uma breve biografia de Thomas Lemke no final do livro.

crítico para todos aqueles que desejam realizar uma ontologia crítica do presente.

Poucos são aqueles que poderiam passar ao largo das concepções foucaultianas a respeito do neoliberalismo para compreender nosso tempo e suas técnicas de gestão populacional, suas fabricações subjetivas, suas relações ora tensas, ora harmônicas entre soberania, disciplina e governamentalidade neoliberal, suas imbricações entre economia, política e sociedade. Que o digam autores como Antonio Negri, Michael Hardt, Pierre Dardot, Christian Laval, Maurizio Lazzarato, entre inúmeros outros. E que o digam aqueles que são bombardeados diuturnamente com o discurso militante da mídia e dos incontáveis empresários — de si e do mundo — que propagandeiam a gestão empreendedora, moderna e *accountable*, fluida e “enxuta” como solução para a política, essa sim, antiga e viciada, ineficaz e pesada. Lemke guia o leitor na obra de Foucault, explicitando os pressupostos presentes em sua analítica de governo, enfatizando suas mutações em relação a seus trabalhos anteriores sobre as tecnologias de poder disciplinar e soberano, sublinhando as inovações teóricas e realçando sua patente atualidade.

Foucault é muito conhecido por seus estudos acerca da prisão e da sexualidade. Seu diagnóstico da sociedade disciplinar e punitiva apresentado em *Vigiar e punir*, publicado em 1975, influenciou um sem-número de pesquisas em campos como direito, penalidade, sociologia da punição e teoria política. Ao mesmo tempo, a analítica exposta em *História da sexualidade* I, livro publicado no ano seguinte, de que o poder fabrica corpos dóceis, úteis e aptos para os circuitos da produção, de que a sexualidade não é reprimida, mas reapropriada produtivamente, influenciou diversos campos como os

estudos de gênero, a psicanálise, a teoria *queer*, a educação e os estudos pós-coloniais.

Porém, tais livros apenas indicam um campo fertilíssimo que Foucault irá lavrar a partir de 1976: o biopoder, o momento a partir do qual o ser humano, como ser vivente, adquire uma existência política, quando a vida biológica da espécie humana se converte em objeto de teorias e práticas de governo. A análise de Foucault acerca dos corpos disciplinados, dóceis e sexualizados carecia de uma dimensão aberta para os processos macropolíticos ligados à regulação das populações. Temas como fertilidade, saúde, longevidade e vida produtiva tornam-se, a partir do século XIX, objetos de estudos das ciências humanas nascentes e campo de ação das políticas governamentais, sobretudo nas sociedades liberais e capitalistas em consolidação. Para o poder político capitalista, surge o duplo desafio de governar indivíduos que não são apenas sujeitos de direitos, mas indivíduos biológicos. Trata-se de governar a massa de operários e pobres sob a ótica da *população*. Para Foucault, a explicitação do exercício de poder biológico-políticoⁱⁱ requer uma análise do liberalismo — e sua expressão e mutação contemporânea, o neoliberalismo —, pois foi nesse momento que os problemas biológicos ganharam toda a sua acuidade. É em torno dessa problemática, que se estende até hoje e se torna mundializada, que giram os estudos de governamentalidade.

Os temas do governo dos homens e da governamentalidade

ⁱⁱ Uma das maiores preocupações do pensamento político concerne às fundações legítimas da soberania política e da obediência ao poder soberano. Tradicionalmente procura-se compreender essa questão a partir do Estado, considerado como o lugar da política. A crítica de Foucault a partir da perspectiva do biopoder afirma justamente que as teorias da soberania baseadas no contrato e na submissão à lei elucidam de maneira apenas parcial as formas como o poder é exercido de fato na contemporaneidade

dade em Foucault nos permitem matizar o diagnóstico de que vivemos em uma *sociedade de controle*. E será possível negar esse fato, sobretudo após as admiráveis e orwellianas medidas de controle surgidas na esteira do 11 de Setembro? Para Foucault não se trata de negar o controle, mas de esclarecer sua complexidade, mostrando sua emergência. É preciso explicitar as relações problemáticas entre disciplina, controle estatal e a “liberdade” dos cidadãos nas sociedades ditas democráticas. Para ele, existe uma relação íntima entre o neoliberalismo e a liberdade. A liberdade não é uma constante antropológica nem um universal histórico confinado ou respeitado por diferentes sociedades. O liberalismo não se limita a prover liberdades — liberdade do mercado, de propriedade privada, de expressão etc. — que existiriam independentemente das práticas dos governos. Muito pelo contrário, diz Lemke no capítulo 3, “o liberalismo organiza as condições sob as quais os indivíduos poderiam e deveriam exercer essas liberdades. Nesse sentido, a liberdade não é a contrapartida do governo liberal, mas sim sua base necessária; ela não é um recurso natural, mas sim um produto artificialmente arranjado e um instrumento de práticas governamentais”. Assim, as *tecnologias de segurança* aparecem como a contrapartida necessária da produção liberal das liberdades: “No coração do liberalismo, há uma relação problemática e paradoxal entre a produção incessante de liberdade e o perigo permanente de sua destruição. A liberdade liberal pressupõe o estabelecimento de limitações, controles, e formas de coação”, acrescenta Lemke.

Mas a relação entre liberdade e segurança é ainda mais complexa. O liberalismo não produz apenas liberdades, que são permanentemente ameaçadas e requerem mecanismos de segurança. “Perigo e insegurança (a ameaça de desemprego,

pobreza, degradação social etc.) não são somente consequências indesejadas ou efeitos colaterais negativos, mas sim condições essenciais e elementos positivos da liberdade liberal. Nesse sentido, o liberalismo cultiva o perigo, ele sujeita o perigo a um cálculo econômico, pesando suas desvantagens contra seus custos”. O resultado dessa cultura da insegurança social é o *governo do medo*. Lemke mostra que essas políticas da insegurança e da ansiedade são, em larga medida, cultivadas, pois são produtivas. A esse título, o capítulo 5 expõe, indo para além de Foucault, as relações entre essa realidade artificialmente arranjada, sua racionalidade política subjacente e o surgimento das *tecnologias de si* do sujeito neoliberal.

Foucault dedicou-se ao tema da governamentalidade somente poucos anos antes do seu falecimento precoce em 1984. Este material permaneceu relativamente inédito até meados dos anos 2000, quando foram publicados os cursos que ele ministrou no Collège de France e uma importantíssima reunião de textos, conferências, artigos e entrevistas de Foucault, publicada nos volumes *Ditos e escritos*. O livro de Lemke que ora apresentamos traz para o leitor brasileiro justamente um comentário deste tema e uma introdução à essa rica bibliografia, agora integralmente traduzida no Brasil.

Lemke também realiza uma genealogia dos próprios estudos que se guiam pela direção de pesquisa fornecida pela noção de governamentalidade, desde sua aparição no final da década de 1970 com os alunos e colaboradores de Foucault (tais quais François Ewald, Daniel Defert, Giovanna Procacci, Pasquale Pasquino, Jacques Donzelot e Michel Senellart), até seu *boom* recente, impulsionado em 1991 pela publicação da coletânea organizada por Graham Burchell, Colin Gordon e Peter Miller intitulada *The Foucault Effect: Studies in Gov-*

ernmentality e que conta com autores como Nikolas Rose, Mitchell Dean, Andrew Barry, entre tantos outros. No entanto, Lemke não se limitou aqui a uma homenagem celebratória do campo de estudos do qual ele mesmo faria parte. O autor não poupa críticas àquilo que, em referência a Thomas Osborne, outro autor do meio, chama de “indústria da governamentalidade”. Segundo Lemke, a despeito de seu fôlego e alcance analítico, um dos efeitos da explosão global (ainda que sobretudo anglófila) dos *governmentality studies* foi justamente o de pasteurizar parte da crítica foucaultiana, que parece servir como palavra-chave para todo e qualquer fenômeno político e social contemporâneo ligado ao tema do governo. Em outras palavras, o alcance crítico do termo “governamentalidade” teria sido normalizado, perdendo parte de sua acuidade analítica e de sua capacidade de dissecar as mutantes relações de poder que perpassam o presente.

O leitor brasileiro tem em mãos, na realidade, uma versão inédita do livro. Realizamos, a pedidos do autor, uma substituição que consistiu em trocar o quarto capítulo da versão original da editora *Paradigm* por um artigo escrito posteriormente por Lemke, no qual o autor revisa e aprofunda as relações entre as concepções foucaultianas de crítica e de experiência.

Esperamos contribuir, assim, para o enraizamento da crítica da governamentalidade em nosso paísⁱⁱⁱ, em um momento em que uma avalanche neoliberal promete eviscerar a atualidade dessa vereda do pensamento de Foucault, tornando quase supérflua a tarefa de justificar a utilidade de sua crítica à condução neoliberal das condutas. Para aqueles que ainda

ⁱⁱⁱ Para alguns levantamentos e análises da recepção foucaultiana no Brasil, cf. GROPPA, Julio. “A difusão do pensamento de Michel Foucault na educação brasileira: um itinerário bibliográfico”. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, vol. 18, n° 53, pp. 301–324, junho de 2013.

não estiverem convencidos de seu alcance crítico e de sua aplicabilidade na periferia do capitalismo, basta analisar como, mesmo em um país do Sul Global, no qual a virtual ausência das chamadas “condições materiais” para o apoio ideológico ao neoliberalismo não impediu a disseminação de um éthos empreendedor que irrompe até mesmo no precariado, isto é, nas camadas que se situam na base da pirâmide social e que, por conseguinte, supostamente teriam menos motivos para incorporar a “forma-empresa” em seu comportamento cotidiano. Em um momento de retirada e reconfiguração dos já precários direitos e garantias sociais, da uberização das (aparentemente) agonizantes relações fordistas-keynesianas de trabalho, que se realizam em um movimento que segue a direção Sul-Norte (daí a expressão periferização do centro), retomar e alargar o pensamento foucaultiano por meio do livro de Thomas Lemke, um dos mais originais e minuciosos estudos do tema, parece ser uma tarefa necessária para todos que almejem compreender, criticar e transformar o presente.

Os tradutores